MEIO AMBIENTE
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos / SEMAR

Piauí
GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL

Nº PI-DBIA.00456-1/2026

PROCESSO: **DBIA.00486-1/2026**
VALIDADE: **20/01/2030**

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí , no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual Nº 4.854, de 10 de julho de 1996, e de acordo com os procedimentos de Licenciamento Ambiental estabelecidos pela Lei Federal N° 6.938, de 31 de Agosto de 1981, e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Nº 99.274, de 06 de junho de 1990 , resolve expedir a(o) presente DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL, nos termos, características e condições seguintes.

EMPREENDEDOR

NOME

MUNICÍPIO DE BURITI DOS MONTES

CPF/CNPJ

41.522.251/0001-13

EMPREENDIMENTO

NOME

IMPLANTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL

ATIVIDADES

ATIV.39088

IMPLANTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL (D1-031)

Características:

Extensão: 21,0 km

Município:

Coordenadas Geográficas:

DETALHAMENTO

Esta DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL é válida até **20/01/2030** desde que observadas as Condições Gerais e Condições Específicas descritas neste documento.

Assinado eletronicamente por LARISSA MICAELE DE OLIVEIRA CARVALHO (Gerência de Licenciamento Ambiental) em 19/01/2026 às 16:13
[DWkpCQ3P1IbyKMfUoClNFS8cVVFDnfboHhxkjF44fO3WFj48CFFH5EhCq41P0ERo]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 19/01/2026 às 16:26
[3y8Oh08wDCFMZtdBzWtrBvNy42JzoFMng6ZhYfKZMqRNpmv2OI7H0VKQ1yVyF9MH]

Emitido eletronicamente em 19/01/2026 16:28 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.2331-2/2026.EC42.E78E.DAFF]

CONDIÇÕES GERAIS

i. A DBIA aprova, concomitantemente, a localização, instalação e operação da atividade;
ii. Esta DBIA deverá ser publicada em jornal de circulação local e no Diário Oficial do Estado conforme Lei N° 6.938/81, Art.10, §1° e Resolução CONAMA 06/86.
iii. Quando no empreendimento houver áreas de reserva legal, estas deverão, necessariamente, ser concentradas e, sempre que possível, contíguas às áreas de reserva legal dos empreendimentos vizinhos, existentes ou programados (aplicação do Art. 2º, do Decreto Estadual nº 11.126/2003), assim como às áreas de preservação permanente (Lei Federal nº 12.651/12), quando houver (aplicação do Art. 3º, do citado Decreto).
iv. O empreendedor e os profissionais que subscrevem o estudo ambiental e projetos técnicos, que subsidiaram esta Declaração são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais. (Parágrafo único, Art. 11, Resolução CONAMA nº 237/97);
v. Em qualquer fase do empreendimento, se houver a descoberta fortuita de qualquer elemento de interesse arqueológico ou pré-histórico, o empreendedor ficará obrigado a comunicar o fato imediatamente à SEMAR e ao IPHAN.
vi. Qualquer alteração nas especificações das características da atividade/empreendimento deverá ser precedida de anuência da SEMAR.
vii. Apresentar cópia desta Declaração ao requerer sua renovação;
viii. Conforme inciso II, Art. 66 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de Julho de 2008, o não atendimento às condicionantes estabelecidas em Licença Ambiental ensejará na aplicação das sanções previstas no referido Decreto;
ix. Deverá ser mantida cópia desta Declaração no local da atividade/empreendimento;
x. Esta DBIA não autoriza a supressão de vegetação nativa nem intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), manejo de fauna, queima controlada ou outorga de recursos hídricos;
xi. Atender a todas as recomendações sugeridas no estudo e adotar ainda todas as precauções necessárias a fim de que se evitem danos ao meio ambiente, bem como a efetiva implantação dos planos e programas de controle ambiental;
xii. Fica o empreendedor ciente de que, constatando a prática de algo divergente às diretrizes e especificações técnicas fixadas nos projetos e estudos ambientais acostados ao presente processo de licenciamento ambiental, ou a não concretização de alguma delas, estará enquadrado na infração prevista no Inciso II, Art. 66, do Decreto Federal nº 6.514/08, o que pode ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste mesmo diploma legal;
xiii. O empreendedor deverá adotar todas as precauções necessárias a fim de se evitar danos ao meio ambiente;
xiv. O empreendedor deverá comunicar, formalmente, à SEMAR, sobre a ocorrência de acidentes com danos ambientais ou vítimas humanas durante a implantação da atividade/empreendimento;
xv. Deverá ser mantida cópia desta Declaração no local da atividade/empreendimento.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Não há Condições Específicas para esta "Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA)"

Assinado eletronicamente por LARISSA MICAELE DE OLIVEIRA CARVALHO (Gerência de Licenciamento Ambiental) em 19/01/2026 às 16:13
[DWkpCQ3P1IbyKMfUoClNFS8cVVFDnfboHhxkjF44fO3WFj48CFFH5EhCq41P0ERo]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 19/01/2026 às 16:26
[3y8Oh08wDCFMZtdBzWtrBvNy42JzoFMng6ZhYfKZMqRNpmv2OI7H0VKQ1yVyF9MH]

Emitido eletronicamente em 19/01/2026 16:28 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.2331-2/2026.EC42.E78E.DAFF]

OBSERVAÇÕES

1. Executar a obra estritamente conforme o traçado aprovado, vedada qualquer ampliação da faixa de domínio ou abertura de novos acessos não autorizados;

2. Implantar e manter sistema de drenagem superficial ambientalmente adequado, com dispositivos dimensionados para evitar erosão, assoreamento e degradação do solo;

3. Restringir a supressão vegetal ao mínimo indispensável, limitando-se à faixa necessária para implantação e manutenção da via;

4. Implantar sinalização viária e ambiental, incluindo placas educativas sobre conservação ambiental, limites de velocidade e presença de fauna silvestre;

5. Implementar programa de controle de velocidade, com definição de limites compatíveis com a Unidade de Conservação e instalação de redutores físicos ou dispositivos visuais;

6. Desenvolver e manter ações de educação ambiental voltadas a usuários, turistas, operadores turísticos e comunidade local;

7. Garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados durante a implantação e manutenção da estrada.

Teresina (PI), 19/01/2026

(assinado eletronicamente)
LARISSA MICAELE DE OLIVEIRA CARVALHO
GERENTE
AUDITORA AMBIENTAL
Gerência de Licenciamento Ambiental

(assinado eletronicamente)
VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO
SUPERINTENDENTE DE MEIO AMBIENTE
Superintendência de Meio Ambiente

Assinado eletronicamente por LARISSA MICAELE DE OLIVEIRA CARVALHO (Gerência de Licenciamento Ambiental) em 19/01/2026 às 16:13
[DWkpCQ3P1IbyKMfUoClNFS8cVVFDnfboHhxkjF44fO3WFj48CFFH5EhCq41P0ERo]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 19/01/2026 às 16:26
[3y8Oh08wDCFMZtdBzWtrBvNy42JzoFMng6ZhYfKZMqRNpmv2OI7H0VKQ1yVyF9MH]

Emitido eletronicamente em 19/01/2026 16:28 pelo sistema SIGA
A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:
[SIGA.2331-2/2026.EC42.E78E.DAFF]